

PERSPECTIVAS NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO ÁRBITRO DE FUTEBOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**RODRIGO MACEDO GUILHERME¹; BETINA GOMES BOETEGE²; PÂMELA
DIAS DA SILVA³; MÁRIO RENATO DE AZEVEDO JÚNIOR⁴.**

¹ Graduado em Educação Física Bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e-mail: rodrigooo-18@hotmail.com; ² Graduanda em Educação Física Licenciatura pela UFPEL, e-mail: gomesboetege@gmail.com; ³ Graduanda em Educação Física Licenciatura pela UFPEL, e-mail: pameladias_@hotmail.com; ⁴ Professor Orientador, e-mail: marioazevedojr@terra.com.br.

1. INTRODUÇÃO

A arbitragem de futebol é um assunto que sempre causou muitas discussões e polêmicas, tanto em rodas de conversa de torcedores, como também em programas esportivos especializados sobre o assunto, especialmente nos dias que sucedem os jogos. Em relação ao futebol profissional, essa problemática se faz ainda mais presente, pois envolve um elemento cultural de extrema relevância em nosso país, de acordo com DAOLIO (2005, página 6) “o futebol constitui-se numa das principais manifestações culturais brasileiras”.

Se o esporte vem se desenvolvendo rapidamente e tornando-se profissional em todos os seus segmentos, a arbitragem pouco evoluiu na valorização e aprimoramento dos envolvidos. De forma a minimizar este problema, a profissionalização da arbitragem vem sendo motivo de muitas discussões em vários segmentos do esporte, porém ainda existem muitas divergências sobre o assunto.

Tendo em vista a importância do tema, além de existirem poucos estudos relacionados com o assunto, este estudo teve como objetivos descrever as dificuldades enfrentadas por árbitros e árbitros assistentes para conciliar a arbitragem com outras atividades profissionais, além de verificar sua opinião sobre a profissionalização da arbitragem de futebol.

2. METODOLOGIA

Foi realizado um estudo descritivo entre árbitros e árbitros assistentes do quadro de árbitros da Federação Gaúcha de Futebol (FGF), que fazem parte da categoria A (principal categoria de árbitros do estado). Neste estudo foi elaborado um questionário autoaplicável, com perguntas abertas e semiestruturadas. Foram abordadas questões sobre: a) Qual profissão o árbitro exerce (se houver), além da arbitragem, e como os árbitros fazem para poder conciliar sua carreira na arbitragem com outra profissão; b) Qual a opinião dos árbitros sobre a profissionalização da arbitragem; c) Qual o nível de escolaridade dos árbitros; d) Se o árbitro deixaria sua atual profissão para dedicar-se somente à arbitragem.

A coleta dos dados foi realizada pelo próprio pesquisador através de envio de e-mail para os participantes com explicações sobre a pesquisa e envio eletrônico do questionário. O prazo de quinze dias para o retorno do e-mail com o questionário preenchido foi respeitado e, após isso, foi enviado um e-mail de reforço para aqueles que ainda não haviam respondido. Após sete dias do último e-mail foi realizado um telefona para o participante que, mesmo após esse tempo, não retornou o questionário preenchido.

As respostas foram analisadas e organizadas em categorias de respostas similares para cada pergunta. Os dados foram tratados segundo estatística

descritiva através de médias e proporções. Os entrevistados foram esclarecidos de que a participação no estudo era voluntária.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram do presente estudo 17 árbitros do nível A da FGF. Todos do sexo masculino com idades entre 29 e 47 anos. A média de idade da amostra foi de 39 anos. A grande maioria (N=14) tinha ensino superior completo, sendo destes 11 formados em Educação Física. Em relação ao tempo de atuação junto a FGF, o período variou de 8 a 17 anos, sendo em média 12 anos de arbitragem. Entre os entrevistados, dez também faziam parte do quadro de árbitros da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Apenas um entrevistado relatou não possuir outra profissão além da arbitragem. A Tabela 1 descreve os principais motivos relatados pelos entrevistados para conciliação das responsabilidades em suas profissões e a arbitragem. O tempo para treinamento e a dificuldade de conciliar horário entre as responsabilidades das duas funções foram as dificuldades mais relatadas.

TABELA 1 - Descrição das maiores dificuldades enfrentadas pelos árbitros para conciliar a carreira profissional com a arbitragem (N=16).

Motivos	N
Tempo para treinamento	10
Conciliar os horários	9
Disponibilidade para viagens	5
Pouca antecedência de divulgação das escalas	3
Estresse no emprego interferindo na atuação de árbitro	1

A Tabela 2 traz a opinião dos árbitros sobre aspectos positivos a respeito da profissionalização da arbitragem. Motivos como a dedicação exclusiva (N=8) e maior tempo e condições para a preparação física e técnica (N=7) foram os mais citados. Um árbitro relatou não entender a arbitragem como profissão.

TABELA 2 - Descrição dos aspectos positivos sobre a profissionalização da arbitragem relatados pelos entrevistados (N=16).

Aspectos positivos	N*
Dedicação exclusiva à arbitragem	8
Tempo/melhores condições para treinamento físico e técnico	7
Estabilidade	3
Diminuição dos erros	1
Valorização da arbitragem	1

Em relação aos aspectos negativos sobre a profissionalização, poucos foram os motivos citados, com destaque a preocupação que o benefício iria atingir um número reduzido de árbitros.

A maioria dos árbitros foi favorável a implantação do sistema profissional para todos os quadros de arbitragem em nível estadual, nacional e internacional. Três indivíduos não relataram motivos para a resposta positiva e dois não responderam adequadamente.

Entre os árbitros que atualmente exercem outras atividades profissionais, nove relataram que optariam pela carreira profissional na arbitragem se a mesma oferece condições financeiras semelhantes ou melhores que o emprego atual. Dentre os motivos relatados, o gosto pela atividade foi o mais citado. Ainda neste grupo, outros entrevistados preferiram reforçar algumas condições para a opção, como a garantia financeira atual e plano de aposentadoria. Entre os sete indivíduos que responderam que não trocariam o emprego pela atividade profissional de árbitro, destacaram-se as seguintes razões: idade avançada, plano de carreira, vantagens no emprego atual e inseguranças quanto ao sistema.

Após a conclusão do estudo verificou-se que a grande maioria dos árbitros possui outra profissão, sendo que todos relataram dificuldades para conseguir conciliar a arbitragem com esta profissão.

Para a realização deste estudo ficou evidente que o sistema de coleta utilizado (questionário através do e-mail), acarretou em alguns prejuízos do ponto de vista metodológico. Isso se deve principalmente, ao fato de que grande parte dos indivíduos só respondeu o questionário após contato telefônico, alegando certo receio em relação ao questionário achando tratar-se de algum tipo de “vírus”, pois o mesmo estava sendo remetido à caixa *spam*. Três indivíduos, mesmo após contato telefônico, não responderam ao questionário, não ficando claro o motivo, pois os mesmos afirmaram que iriam respondê-lo. A maioria dos indivíduos em que não foi possível obter contato telefônico, não respondeu o questionário. Acredita-se que os motivos são os mesmos dos que responderam somente após contato telefônico.

Quanto à profissionalização da arbitragem, a maioria dos entrevistados se mostrou bastante favorável à sua implantação, sendo que os motivos mais citados foram a dedicação exclusiva à arbitragem e também o maior tempo disponível para a preparação física e técnica. O principal motivo citado entre os aspectos negativos que a profissionalização da arbitragem traria foi que isso atingiria um número reduzido de árbitros.

Outro ponto que merece discussão é a incerteza que cerca os árbitros quanto à escolha entre abandonar seu atual emprego para dedicar-se somente à arbitragem, caso a profissionalização viesse a ocorrer. Os resultados apresentados mostraram certo equilíbrio entre os que optariam por dedicar-se à arbitragem e os que não abandonariam seus respectivos empregos. O principal motivo dos que se dedicariam exclusivamente à arbitragem foi o gosto pela atividade.

Este resultado se mostrou bastante diferente do esperado pelos pesquisadores e acredita-se que se deve ao fato de que os indivíduos selecionados para o estudo são todos pertencentes ao quadro principal de árbitros do Rio Grande do Sul. Para ser promovido a esta condição, foram necessários anos de experiência em jogos de categorias inferiores. Aliado a isto vem o fato de que a Federação Gaúcha de Futebol voltou a realizar cursos de arbitragem com regularidade novamente apenas em 2006, sendo que o último curso realizado havia sido em 1999. Estes fatores fizeram com que não houvesse renovação no quadro principal por um longo período, com isto os indivíduos do estudo apresentaram uma média de idade bem elevada. Acredita-se que se a pergunta fosse aplicada com árbitros dos últimos cursos de arbitragem realizados, a aceitação seria diferente.

4. CONCLUSÕES

A maioria dos árbitros e assistentes que trabalham na elite do futebol gaúcho possui outra profissão aliada à arbitragem, passando por uma série de dificuldades para conciliar esta profissão com sua carreira de árbitro. Verificou-se também que uma provável profissionalização da categoria ainda gera mais dúvidas do que certezas, sendo que, se a mesma viesse a ocorrer, muitos deles continuariam realizando outra atividade profissional conjunta à arbitragem.

Desta forma, recomenda-se que mais estudos sejam realizados sobre este assunto, pois a arbitragem no futebol vem se tornando cada vez mais exigida, ao passo que os avanços no aperfeiçoamento do trabalho dos árbitros não vêm acompanhando tal evolução. Melhores condições para a carreira dos árbitros é um dos fatores que precisa ser mais bem discutida e pode ter resultados diretos no aproveitamento em campo.

5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, E.P.; RIGO, L.C.; FREITAS, G.S. Considerações sobre a profissionalização da arbitragem no futebol brasileiro. **Revista Digital**. 2010 jul. Acesso em 16 novembro 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd146/a-profissionalizacao-da-arbitragem-no-futebol.htm>

DAOLIO, Jocimar. **Futebol, cultura e sociedade**. A superstição no futebol brasileiro. Campinas, SP: Editora Autores Associados. 2005.

DA SILVA, Alberto Inácio. Árbitro de futebol e legislação esportiva aplicável. **Revista Digital**. 2008 jun. Acesso em 16 novembro 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd121/arbitro-de-futebol-e-legislacao-esportiva-aplicavel.htm>

FIORI, E. Z. **A República do Apito**. São Paulo: Caminho das Ideias, 2006.

LEAL, Daniel. Acesso em 16 novembro 2010. Disponível em: <http://www.lancenet.com.br/noticia.htm>

PEREIRA, A. I.; ALADASHVILE, G. A.; DA SILVA, A. I. Causas que levam alguns árbitros a desistirem da carreira de árbitro profissional. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 17, n. 2, p. 191, 2006.